

ANC p.11
-2 OUT 1988

O governo diminui de tamanho

Ricardo Noblat

Deve estar combinado entre os dois, o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães. Só pode ser uma coisa combinada. Sarney concluiu que o mais razoável, para seu governo e para sua biografia, seria apoiar a candidatura do presidente do PMDB à sua sucessão. Deve ter chegado junto a Ulysses e perguntado:

— Como posso lhe ajudar agora?

— Aja ou dê a impressão de que o governo está agindo para contestar a nova Constituição — teria lhe respondido Ulysses.

A sugestão foi acatada ao pé da letra. Com o discurso que pronunciará hoje, em Porto Alegre, para os advogados reunidos pela OAB, Ulysses terá a oportunidade de sair, mais uma vez, em defesa da Constituição ultrajada de véspera. Ora, que melhor papel caberia para Ulysses nessa hora? Que imagem lhe renderá, no momento, mais dividendos eleitorais que a de defensor dessassombrado da "Constituição dos miseráveis"?

Naturalmente, Sarney não concluiu que o mais indicado seria apoiar a candidatura de Ulysses — talvez nem venha mesmo, algum dia, a concluir isso. Nem acertou, por isso mesmo, com o deputado a melhor forma de ajudá-lo. Mas só o presidente e seus atilados conselheiros é que não entendem que fortalecem, enormemente, Ulysses quando buscam modos e maneiras de driblar a nova Constituição.

O erro em que mais facilmente incorre quem se ocupa em interpretar o comportamento do presidente e do seu governo é o de ir atrás de explicações e de motivos elaborados demais para justificar determinadas coisas. No mais das vezes, os atos desse governo sem grandeza alguma, medíocre em sua composição e confuso desde o seu início, se explicam por razões menores. Por que Sarney se empenhou tanto em ganhar o mandato de cinco anos?

Houve quem acreditasse que, ganhos os cinco anos, o presidente disporia de um projeto para seu governo e para o país, teria mais tempo para executá-lo e, afinal, reuniria condições para administrar livre das pressões e das chantagens dos políticos. Há quem acredite, ainda, nessa quimera? Sarney quis, e ganhou, os cinco anos porque gosta da cadeira onde senta e porque os amigos gostam de ter um amigo na Presidência.



Para ele, deixar o poder com apenas quatro anos de mandato seria uma humilhação — ainda tanto maior porque sairia com a popularidade no fundo do poço. O quinto ano — quem sabe? — lhe permitiria, consertar parte dos erros que cometera até então. De resto, os chefes militares não queriam ouvir falar em sucessão presidencial neste ano — Brizola poderia ser eleito mais facilmente.

Contrariar os chefes militares, quem há de? Nem a Constituinte teve coragem para isso, quanto mais Sarney. Quando o presidente e seus ministros aproveitam os dias que faltam para que a nova Constituição comece a vigorar e adotam uma série de providências que com ela em vigor não poderiam adotar, não se pense que o fazem com a intenção primeira de contestar a futura ordem. Não.

Não há nenhuma articulação para confrontar e, se possível, rasgar, mais adiante, a noVa Carta. Assim procedem, o presidente e seus auxiliares, pensando nas vantagens que o governo, os amigos e os aliados podem auferir — aqui ou ali, dando solução a algum problema que acham que a nova Constituição não resolverá. E pronto. Os militares pagarão mais impostos a partir de agora — aumente-se o seu soldo. Como se fez.

O Ministério da Saúde passou, todos esses anos, sem se estruturar adequadamente. O ministro tinha um plano de reestruturação. Com a nova Constituição, o plano teria que ser aprovado pelo Congresso. Evite-se isso — e Sarney assina um decreto para que o plano do ministro vigore desde já. Inchar ainda mais a folha de pessoal da União com a contratação de 1.200 funcionários? Isso contraria a política de redução do déficit público.

De acordo com a Constituição que será promulgada nesta quarta-feira, a admissão no serviço público só se tornará possível através de concurso. Esqueça-se, pois, a política de redução do déficit. Previna-se o inconveniente do concurso. Admita-se, como começou a ser feito, o pessoal proposto. Tudo pelo pessoal. A ilha de Fernando de Noronha passará a integrar o Estado de Pernambuco?

O amigo do presidente que ali foi posto como governador perderá o emprego? Providencie-se outro emprego para ele. Entregue-se ao governador Miguel Arraes um território sem suas benfeitorias, transferindo-as todas, até uma potente lancha de transporte, para a jurisdição de outros órgãos oficiais.

As coisas no Brasil são superlativas — do tamanho do país ao tamanho da inflação. Só o governo insiste em ser pequeno.